

(TERMO DE REFERÊNCIA)

**SERVIÇO DE MANUTENÇÃO
PREVENTIVA E CORRETIVA DE
EQUIPAMENTOS DE
INFORMÁTICA INSTALADOS NA
CODEVASF-2ª SR**

ÍNDICE

1. OBJETO
2. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS
3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
4. EXIGÊNCIAS TÉCNICAS
5. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
6. PRAZO DE EXECUÇÃO
7. REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS
8. FORMA DE PAGAMENTO
9. MULTAS
10. FISCALIZAÇÃO
11. GARANTIA DE EXECUÇÃO
12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
13. OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA
14. DISPOSIÇÕES GERAIS

ANEXOS:

ANEXO I: RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS

ANEXO II: TERMO DE PROPOSTA

1. OBJETO

- 1.1. Execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva, instalação e configuração de softwares em equipamentos de informática de propriedade da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – 2ª Superintendência Regional – Bom Jesus da Lapa/BA, doravante denominada contratante, incluindo atendimento ao usuário (help-desk) e suporte à utilização de softwares básico e de apoio.
- 1.2. Os serviços serão prestados nos equipamentos de informática da Codevasf – 2ª SR, instalados em sua sede localizada na Avenida Manoel Novais, s/n, centro, Bom Jesus da Lapa/BA; no Projeto Amanhã, localizado no Perímetro de Irrigação Formoso, a 20 Km de Bom Jesus da Lapa; no Escritório de Apoio Técnico de Guanambi – 2ª/EGU, localizado na Av. Deolinda Martins, 166 – Bairro Santo Antônio – Guanambi/BA, no Escritório de Apoio Técnico de Santa Maria da Vitória – 2ª/ESV, localizado na Colônia do Formoso, a 25 km da cidade de Santa Maria da Vitória/BA e na Estação de Piscicultura de Guanambi – 2ª/EPC, localizada a 15 km da cidade de Guanambi/BA; de segunda a sexta, no horário de funcionamento da Codevasf – 2ª SR.
- 1.2.1 Os serviços serão realizados, preferencialmente, na Sede da Codevasf – 2ª SR, que se responsabilizará pelo transporte dos equipamentos que estiverem instalados nas outras unidades constantes do subitem anterior.
- 1.2.2 A critério da contratante, os serviços poderão ser realizados em quaisquer das localidades constantes do subitem 1.2. Neste caso, as despesas com deslocamento e hospedagem dos técnicos envolvidos correrão por conta da Codevasf – 2ª SR.
- 1.3. A presente licitação do tipo menor preço, na modalidade de Pregão Eletrônico, reger-se-á pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações, Decreto nº 3.555, de 8 de agosto de 2000, Decreto de nº 3.693, de 20 de dezembro de 2000 e Decreto 3.784 de 06.abril de 2001, Decreto 5450/2005, que regulamentam a licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, e demais exigências deste edital e seus anexos.

2. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

- 2.1. Os serviços objetos desta licitação compreendem:
 - 2.1.1. Manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos de informática de propriedade da contratante relacionados no Anexo I. Estão inclusos nestes serviços todos os componentes das estações relacionadas no Anexo I (monitor, mouse, teclado, caixas de som, etc).
 - 2.1.2. Controle e atendimento das solicitações dos usuários quanto problemas e dúvidas em suas atividades de informática (help-desk).
 - 2.1.3. Instalação e configuração de softwares autorizados pela contratante nas estações relacionadas no Anexo I.
 - 2.1.4. Configuração de pontos de rede, sendo a instalação executada pela contratante.

- 2.1.5. Modificação lógica de estrutura de rede, IP e endereçamentos; compreendendo todos os serviços necessários ao bom funcionamento dos equipamentos na rede lógica da contratante, excetuando-se os serviços de lançamento de rede elétrica, cabeamentos lógicos e configuração de roteadores, hubs e switches.
- 2.2. Os serviços descritos no item 2.1.1 aplicam-se apenas aos equipamentos que não estiverem em garantia pelo fabricante/fornecedor, conforme data na coluna “TÉRMINO DA GARANTIA”, constante no Anexo I. A partir da referida data, tais equipamentos serão automaticamente incluídos nos serviços descritos no item 2.1.1.
- 2.3. Excetuando-se o disposto no item 2.2, os demais serviços aplicam-se a todos dos equipamentos constantes do anexo I, independentemente da vigência da garantia, bem como a todos os equipamentos da rede lógica da contratante.
- 2.4. A contratante poderá, a seu critério, incluir ou retirar equipamentos do Anexo I, devendo os valores mensais a serem pagos pelos serviços prestados serem adequados ao novo quantitativo de equipamentos.
- 2.5. As manutenções preventivas e corretivas de equipamento de informática compreendem:
 - 2.5.1 Testes, ajustes, reparos e substituições de peças e/ou componentes eletro-eletrônicos.
 - 2.5.2 A contratada fornecerá toda a mão-de-obra, bem como todo o material, peças e componentes eletro-eletrônicos necessários à execução dos serviços.
 - 2.5.3 A contratada deverá respeitar a originalidade das peças e componentes eletrônicos que vier a substituir. Quando, porém, estiver impossibilitada de repor a mesma peça ou componente original, utilizará peças e componentes de qualidade, aprovados pelo coordenador do contrato, formalmente designado. As peças e componentes substituídos passam a ser de propriedade da contratada.
 - 2.5.4 A contratada poderá propor a substituição, de todo ou parte dos equipamentos em manutenção, em decorrência de impossibilidade de reparo, de desvantagem econômica ou por alto índice de defeitos. O equipamento ou componente proposto deverá ser igual ou superior ao substituído, devendo tal substituição ser previamente autorizada pela contratante.
 - 2.5.5 Os equipamentos identificados com defeito, no ato da vistoria para assinatura do contrato, serão reparados pela licitante vencedora, sem acréscimo de valor contratual, utilizando as peças fornecidas pela contratante. A vistoria será acompanhada por técnico(s) indicado(s) pela Gerência Regional de Gestão Estratégica por meio da Unidade Regional de Atendimento ao Usuário de Informática – 2ª/GRG/UAU. As peças substituídas (com defeito) deverão ser restituídas à contratante.
 - 2.5.6 Os serviços contratados não incluem os reparos de danos ocasionados pela submissão dos equipamentos a tensões físicas ou elétricas inapropriadas; acidentes; desastres; uso indevido dos equipamentos por parte da contratante.
 - 2.5.7 Os serviços de manutenção ora contratados não incluem:

- a) serviços elétricos externos aos equipamentos;
- b) manutenção de acessórios ou de outros equipamentos que não acompanham as estações relacionadas no Anexo I;
- c) serviços de pintura e de recondicionamento;
- d) fornecimento de suprimentos (papel, tinta, toner, disquetes, CD-ROM, etc).

2.5.8 Todos os serviços descritos nos subitens 2.5.6 e 2.5.7 deste Edital que a contratada concordar em executar, mediante autorização da contratante de orçamento previamente apresentado pela contratada, serão cobrados separadamente.

2.5.9 A manutenção preventiva será realizada, semestralmente ou em conformidade com as recomendações dos fabricantes dos equipamentos, com o prévio agendamento junto aos usuários.

2.6 Os serviços de manutenção corretiva obedecerão aos seguintes critérios de atendimento:

2.6.1 O tempo de reparo será de até 8 (oito) horas úteis, dentro do período de disponibilidade contratual.

2.6.2 No caso de não conseguir reparar o equipamento no prazo especificado no subitem 2.6.1, a contratada deverá substituir, provisoriamente, o equipamento defeituoso por um de sua propriedade com características equivalentes. A contratada, neste caso, terá um prazo de 15 (quinze) dias para reparo deste equipamento.

2.6.3 A instalação de acessórios, pertences ou dispositivos adquiridos pela contratante, quando devidamente consagrados pelo uso e que não interfiram no funcionamento normal dos equipamentos cobertos pelo contrato, não desobrigam a contratada na continuidade normal dos serviços de manutenção.

2.6.4 Para os equipamentos instalados fora da Sede da Codevasf 2ª SR, conforme subitem 1.2.1, o tempo de reparo será contado a partir do recebimento do equipamento na Sede da Codevasf 2ª SR e não da abertura da Ordem de Serviço – OS.

2.7 Controle das solicitações dos usuários:

2.7.1 A contratada deverá manter nas instalações da contratante, no período de disponibilidade contratual, um atendente para receber e acompanhar solicitações dos usuários relativas a problemas em equipamentos, necessidade de instalação de softwares, dúvidas na utilização de softwares, problemas na rede interna e na rede corporativa, etc. Estas solicitações poderão ser feitas, pessoalmente ou por meio de fax, telefone, e-mail ou de rotina informatizada conforme determinação da contratante.

2.7.2 Para executar as atividades descritas no item 2.7.1 torna-se necessário o uso de um computador que tenha como configurações mínimas: 01 (um) processador instalado com frequência mínima de 1.6GHz, 256 MB Memória, HD 40 GB, Mouse e Teclado, Sistema Operacional Windows XP *Professional* SP2 (original) e a suíte de aplicativos do Office 2000 Standard ou superior (original).

- 2.7.3 O atendente deverá ter conhecimento para distinguir a natureza da solicitação ou problema, se referente a equipamento, software, sistema de informação, rede ou outros. Deverá também ter conhecimentos para elaborar um “*check list*” dos problemas de software mais freqüentes para realização de um atendimento prévio, antes do encaminhamento de Ordem de Serviço para o técnico.
- 2.7.4 A contratada deverá registrar as solicitações dos usuários relativas a problemas em equipamentos, necessidade de instalação e/ou dúvidas na utilização de softwares; problemas nas redes interna e/ou corporativa; bem como a necessidade de outras intervenções.
- 2.7.5 A contratada, ao receber o chamado, esclarecerá as dúvidas do usuário e, caso seja necessário, fará o registro do mesmo abrindo uma OS – Ordem de Serviço para realização das intervenções adequadas. Deverá manter registro atualizado do andamento da OS de forma a manter o usuário solicitante informado do seu andamento até a sua conclusão.
- 2.7.6 A contratada deverá manter controle dos equipamentos que necessitarem de reparos fora das instalações da contratante, providenciando a autorização de saída destes equipamentos, da substituição de peças e componentes dos equipamentos e de sua localização física.
- 2.7.7 A contratada deverá manter controle de solicitações para atendimento de problemas de funcionamento da rede interna (*intranet*) e externa (*internet*), bem como de serviços externos utilizados no ambiente da contratante (SIAFI, SIASG, SICAF, SIAPE e outros).
- 2.7.8 O registro de equipamentos, componentes, solicitações, andamento e demais informações referentes aos serviços prestados pela contratada, deverão ser efetuados em sistema informatizado próprio da contratante de acordo com orientações da Gerência Regional de Gestão Estratégica por meio da Unidade Regional de Atendimento ao Usuário de Informática – GRG/UAU.
- 2.8 Instalação e Configuração de Softwares:
- 2.8.1 Os softwares a serem instalados serão de propriedade da Codevasf ou software livres, conforme a instalação básica de software definida pela Presidência da Empresa ou pela Área de Gestão Estratégica – Gerência de Gestão da Informação – AE/GGI.
- 2.8.2 A instalação de softwares dependerá de autorização da Gerência Regional de Gestão Estratégica por meio da Unidade Regional de Atendimento ao Usuário de Informática – GRG/UAU.
- 2.9 Ambiente de trabalho e técnicos residentes:
- 2.9.1 A licitante vencedora deverá manter no mínimo 02 técnicos à disposição, para atendimento das demandas da contratante, quando da execução dos serviços constantes no item 2.1.
- 2.9.2 Os serviços de manutenção, objeto desta licitação, deverão ser executados exclusivamente pelos técnicos credenciados pela licitante vencedora, que deverão preencher as exigências constantes do subitem 4.3 deste Edital.

2.9.3 A substituição de profissionais credenciados pela licitante vencedora, poderá ocorrer em casos supervenientes, fortuitos, de força maior ou por solicitação da Codevasf - 2ª SR, devendo o novo profissional apresentar “currículo” equivalente ou superior ao do profissional substituído, mediante prévia autorização do fiscal do contrato por parte da Codevasf - 2ª SR.

2.9.4 A licitante vencedora deverá apresentar, mensalmente, um Relatório Técnico, entregue ao fiscal do contrato. O relatório acompanhará a nota fiscal para faturamento e conterá informações relativas à assistência prestada no mês de referência. O conteúdo do referido documento deverá ser, no mínimo, o seguinte: código da estação onde a assistência foi prestada, data e hora do chamado, do atendimento e da conclusão do atendimento; anormalidade detectada, intervenções realizadas, peças substituídas, pendências (se houver) e nome do técnico que realizou o atendimento.

2.10.1 O valor mensal do contrato será conforme os valores dos serviços e quantidades de equipamentos constantes da tabela abaixo:

	Tipo de equipamento / serviço	Quantidade	Valor unitário	Valor Total por tipo de equipamento / serviço (Quantidade X Valor unitário)
2.10.1.1	Manutenção preventiva e corretiva (estações e notebooks)	44		
2.10.1.2	Manutenção preventiva e corretiva (periféricos: impressoras jato de tinta, impressoras laser, impressoras matriciais e scanners)	48		
2.10.1.3	Instalação, configuração e suporte de software (estações e notebooks)	92		
2.10.1.4	Pontos da rede (Manutenção e configuração da rede lógica)	120		
	Valor Mensal Estimado (Soma dos valores totais por equipamento / serviço)			

2.10.2 O valor unitário do item 2.10.1.3 não poderá ser inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do valor unitário do item 2.10.1.1

2.10.3 O valor global do contrato será o resultado da soma das doze parcelas mensais dos serviços.

3 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar da Licitação pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto licitado, que atendam as exigências deste Edital.

3.2. Não será permitida a participação de empresas sob a forma de consórcio nem a subcontratação dos serviços no todo ou em parte.

- 3.3. As licitantes deverão apresentar proposta para todos os equipamentos discriminados no Anexo I. Não serão aceitas propostas para itens isolados.
- 3.4. Não será permitida a participação de empresas:
- a) cujos empregados, diretores, responsáveis técnicos ou sócios figurem como funcionários, empregados ou ocupantes de função gratificadas na Codevasf;
 - b) empresa declarada inidônea por Órgão ou Entidade da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal;
 - c) empresa suspensa de licitar ou contratar com a Codevasf; e
 - d) empresa em processo de falência ou concordatária.
- 3.5. A participação na licitação implica aceitação plena e irrevogável do ato convocatório, bem como na observância dos regulamentos e normas administrativas e técnicas aplicáveis, observando-se o disposto neste Edital e de seus Anexos, e a responsabilidade pela autenticidade e fidelidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.
- 3.6. As licitantes deverão visitar o local onde estão instalados os equipamentos, com a finalidade de se inteirarem dos serviços a serem executados e de avaliarem adequadamente os problemas futuros, de modo que os custos propostos cubram quaisquer dificuldades decorrentes da sua execução.
- 3.6.1 É de inteira responsabilidade da licitante a verificação "in loco" das dificuldades, bem como do dimensionamento dos dados necessários para a formulação da proposta. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais que venham a ser estabelecidos.
- 3.6.2 Os custos de visita aos locais dos serviços correrão por exclusiva conta da licitante.
- 3.6.3 Para visita ao local onde serão executados os serviços, deverá ser contatada a 2ª/GRG/UAU, no endereço da Codevasf - 2ª SR, citado no item 1.1 deste Termo de Referência, sendo que a referida visita somente poderá ser realizada até 02 dias úteis antes da realização da licitação.
- 3.7. Nos preços propostos deverão estar incluídas todas as despesas necessárias, administrativas e técnicas, impostos, encargos sociais e taxas que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente na execução dos serviços. No caso de omissão considerar-se-ão como inclusas nos preços.
- 3.8. Todo o ferramental, equipamentos de medição e checagem e outros componentes eletrônicos indispensáveis à execução dos serviços objeto deste Edital serão de responsabilidade exclusiva da licitante vencedora e seus custos deverão estar previstos nos preços propostos pela licitante vencedora do certame.
- 3.9. A Codevasf - 2ª SR não considerará Propostas para execução parcial dos serviços.
- 4. EXIGÊNCIAS TÉCNICAS**
- 4.1 A Licitante deverá apresentar no ato da licitação:

- 4.2 Atestado de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante executou serviços similares aos do objeto desta licitação, pelo um período mínimo de 06 (seis) meses;
- 4.2.1 Por serviços similares aos do objeto desta licitação entende-se:
- a) assistência técnica e manutenção de microcomputadores e impressoras, compreendendo testes, diagnósticos, reparos e substituições de peças e componentes eletro-eletrônicos;
 - b) montagem e instalação de componentes periféricos e expansão de configurações (“upgrades”);
 - b) montagem, configuração e manutenção de redes de informática.
- 4.3 Apresentar currículo dos técnicos com comprovação de formação, conhecimento ou experiência nos seguintes segmentos:
- 4.3.1 Técnico 01:
- a) Inglês técnico;
 - b) Sistemas Operacionais para estações do Windows 98 até o XP;
 - c) Sistemas Operacionais para servidores Windows 2000/2003 Server;
 - d) Instalação do Sistema Operacional Linux;
 - e) Microsoft Access em todas as versões;
 - f) Cabeamento estruturado, hubs e switches para redes convencionais e ópticas;
 - g) Sistemas de proteção antivírus, firewall e manipulação de sistemas de backup;
 - h) Montagem e manutenção física de estações, laptops, notebooks e servidores;
 - i) Análise de técnicas e dispositivos de segurança de dados;
 - j) Suporte a usuários.
- 4.3.2 Técnico 02:
- a) Manutenção de Computadores;
 - b) Manutenção de Notebooks;
 - c) Manutenção de Impressoras laser, matricial e jato de tinta;
 - d) Confecção e crimpagem de cabos UTP;
 - e) Rotinas de *Backup* e *Restore*;
 - f) Suporte a Usuários;
 - g) Formatação e instalação de Computadores.
- 4.4 Declaração da licitante de que efetuou a visita a que se refere o subitem 3.6, tendo tido pleno conhecimento das condições para execução dos serviços objeto deste edital.

5. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução dos serviços correrão à conta dos recursos da Funcional Programática 04.607.0750.2000.0001 – Administração da Unidade, Natureza de Despesa 33.90.39, nas Fontes 100 e 250.

6. PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo para a execução dos serviços objeto desta licitação terá a duração inicial de 12 (doze) meses contados a partir da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos após avaliação da qualidade dos serviços prestados e dos preços praticados no mercado, de forma a manter a condição mais vantajosa para a administração pública, limitado a 60 (sessenta) meses, mediante manifestação expressa das partes.

7. REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS

Os preços permanecerão válidos por um período de um ano, contado da data de apresentação da proposta. Após esse prazo poderão ser repactuados tendo como parâmetros básicos, a qualidade e os preços vigentes no mercado para prestação desses serviços, mediante a demonstração analítica da variação dos componentes de custos do contrato, devidamente justificada.

8. FORMA DE PAGAMENTO

- 8.1 Os pagamentos serão efetuados mensalmente mediante a apresentação dos documentos de cobrança, acompanhados dos relatórios mensais, com discriminação dos serviços efetivamente executados, devidamente atestados pelo fiscal do contrato, que deverá ser formalmente designado conforme Art. 67 da Lei 8.666/93.
- 8.2 Havendo alteração na quantidade de equipamentos durante o mês, a correção será efetuada na fatura do mês seguinte, observados os quantitativos de franquia discriminados no item 2.6.1 deste Termo de Referência.
- 8.3 Será observado o prazo de até 30 (trinta) dias corridos para pagamento, contados da data final do período de adimplimento de cada parcela estipulada.
- 8.4 Juntamente com a apresentação da Fatura de cada parcela de pagamento, a partir do pagamento do segundo mês, terá a Contratada de apresentar a comprovação de recolhimento à Previdência Social através de GPS, devidamente autenticada, sob pena de retenção do pagamento devido, consoante o disposto no Art. 31 da Lei 8.212, de 24.07.91. Da mesma forma, deverá comprovar o recolhimento do FGTS, sob pena da retenção dos pagamentos.
- 8.5 Quando se tratar da quitação do último pagamento a Codevasf se reserva o direito de reter 15% (quinze por cento) do valor do mesmo, até que seja apresentado a GPS relativa ao mês dos últimos serviços prestados. Da mesma forma, deverá comprovar o recolhimento do FGTS, sob pena da retenção dos pagamentos.
- 8.6 A contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, sociais, previdenciários, tributários, comerciais e demais resultantes da execução do contrato, principalmente com a obrigatoriedade

de requerer a exclusão da Codevasf, da lide, das eventuais ações reclamatórias trabalhistas, propostas por empregados da contratada, durante a vigência contratual, declarando-se como única e exclusiva responsável pelas referidas ações, inclusive perante quaisquer terceiros interessados.

- 8.7 Na hipótese da Codevasf vir a ser condenada, solidária ou subsidiariamente, nas ações reclamatórias trabalhistas mencionadas no subitem 14.4. e se o contrato estiver vigente, o valor da referida condenação será deduzido das medições e do valor das faturas vincendas e desde que não haja possibilidade de composição entre as partes, visando ao reembolso da importância despendida pela Codevasf, a título de condenação trabalhista solidária ou subsidiária. A Codevasf utilizará o direito de regresso, em ação própria a ser intentada contra a contratada, com a qual desde já a mesma expressa sua concordância, com as duas hipóteses previstas neste subitem.
- 8.8 As faturas só serão liberadas para pagamento após aprovadas pela fiscalização, estar isentas de erros ou omissões, sem o que, serão imediatamente devolvidas à contratada para correções, não se alterando a data de adimplemento da obrigação.
- 8.9 Os documentos de cobranças indicarão, obrigatoriamente, o número e a data de emissão da Nota de Empenho emitida pela Codevasf - 2ª SR, e que cubram a execução dos serviços.
- 8.10 Atendido ao disposto nos itens anteriores a Codevasf - 2ª SR, considera como data final do período de adimplemento, a data útil seguinte à data de entrega do documento de cobrança no local de pagamento dos serviços, a partir da qual será observado o prazo de até 30 dias corridos para pagamento, conforme estabelecido no Art. 9º do Decreto 1.054, de 07 de fevereiro de 1994.
- 8.11 É de inteira responsabilidade da contratada, a entrega à Codevasf - 2ª SR dos documentos de cobranças acompanhados dos seus respectivos anexos, de forma clara, objetiva e ordenada, que, se não atendido, implica em desconsideração pela Codevasf – 2ª SR dos prazos estabelecidos.
- 8.12 Havendo atraso no pagamento, ou seja, o mesmo ser efetuado 30 (trinta) dias após o prazo estabelecido no subitem 17.3, configura-se o caso em que a Codevasf - 2ª SR pagará atualização financeira, aplicando-se a seguinte fórmula:
- $$C = P[(1 + I/100)^N - 1]$$
- C - Valor calculado como atraso de pagamento;
P - Valor da obrigação contratual paga com atraso;
N - Número de dias entre o efetivo pagamento e a data estabelecida para quitação da obrigação contratual;
I - Percentual para remuneração do valor da obrigação paga com atraso, equivalente a média aritmética do IGP-M no período N, "Pró-Rata" dia.
- 8.13 Não sendo conhecido o índice para o período será utilizado, no cálculo, o último índice conhecido.
- 8.14 Quando utilizado o último índice conhecido, o cálculo do valor ajustado será procedido tão logo seja publicado o índice definitivo correspondente ao período de atraso. Não caberá qualquer remuneração a título de correção monetária para pagamento decorrente do acerto de índice.
- 8.15 Nos cálculos deverão ser utilizados 5 (cinco) casas decimais.

9. MULTAS

9.1 Em caso de inadimplemento, por parte da licitante vencedora de quaisquer das cláusulas ou condições do contrato, à licitante vencedora será aplicada a multa no percentual de 0,1 % (um décimo por cento) ao dia, sobre o valor global do Contrato, até o limite de 20% (vinte por cento) do prazo contratual, o que dará ensejo a sua rescisão.

9.2 Ocorrida a inadimplência, a multa será aplicada pela Codevasf - 2ª SR.

- A multa será deduzida do valor líquido do faturamento da licitante vencedora. Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a licitante vencedora será convocada para complementação do seu valor, no prazo de 10 (dez) dias.
- Não havendo qualquer importância a ser recebida pela licitante vencedora, esta será convocada a recolher ao setor de contabilidade/finanças da Codevasf - 2ª SR o valor total da multa, no prazo de 10 (dez) dias contado a partir da data da comunicação.

9.3 A licitante vencedora terá um prazo de 10 (dez) dias corridos, contado a partir da data da cientificação da aplicação da multa, para apresentar recurso à Codevasf - 2ª SR. Ouvido o fiscal designado para o acompanhamento do contrato, o recurso será apreciado pelo Superintendente Regional, que poderá relevar ou não a multa.

9.4 Em caso de relevação da multa, a Codevasf - 2ª SR se reserva o direito de cobrar perdas e danos porventura cabíveis em razão do inadimplemento de outras obrigações, não constituindo a relevação novação contratual nem desistência dos direitos que lhe forem assegurados.

9.5 Caso a 2ª Superintendência Regional mantenha a multa, não caberá novo recurso administrativo.

10 FISCALIZAÇÃO

10.1A fiscalização dos serviços será feita diretamente pela Codevasf - 2ª SR através de servidor formalmente designado na forma do Art. 67 da Lei nº 8.866/93, a quem compete verificar se a contratada está executando os trabalhos, observando o contrato e os documentos que o integram.

10.2A fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a contratada, inclusive rejeitando serviços que estiverem em desacordo com o contrato, com as Normas Técnicas da ABNT e com a melhor técnica consagrada pelo uso, obrigando-se desde já a contratada a assegurar e facilitar o acesso da fiscalização, aos serviços e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.

10.3A fiscalização terá plenos poderes para sustar qualquer serviço que não esteja sendo executado dentro dos termos do contrato.

10.4Cabe à fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários e, em caso de multa, a indicação do seu valor.

10.5Das decisões da fiscalização, poderá a contratada recorrer à Codevasf - 2ª SR, no prazo de 10 (dez) dias úteis da respectiva comunicação. Os recursos relativos a multas serão feitos na forma prevista na respectiva cláusula (item 9 deste Termo de Referência).

10.6A ação e/ou omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá a contratada da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.

10.7A Codevasf - 2ª SR, através do fiscal designado para o contrato, poderá, a qualquer tempo, solicitar o afastamento de quaisquer empregados da Contratada, designados e credenciados para atender o objeto contratado, devendo esta substituí-lo por outro técnico com curriculum igual ou superior ao do técnico afastado tempestivamente.

11 GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1Como garantia para completa execução das obrigações contratuais e da liquidação das multas convencionais, fica estipulada uma "Caução de Execução" no montante de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a ser integralizado até 05 (cinco) dias, contados da data da assinatura do contrato, em espécie, em Títulos da Dívida Pública da União, Seguro Garantia ou Fiança Bancária, a critério da Contratada.

11.2Após a assinatura do Termo de Encerramento Físico do Contrato será devolvida a "Caução de Execução", uma vez verificada a perfeita execução dos serviços.

11.3A caução em espécie deverá ser depositada em instituição financeira oficial, credenciada pela Codevasf - 2ª SR, em conta remunerada que poderá ser movimentada somente por ordem da Codevasf - 2ª SR.

11.4O depósito da caução é condicionante para a emissão da Nota de Empenho.

11.5Não haverá qualquer restituição de caução em caso de dissolução contratual, na forma do disposto na cláusula de rescisão, hipótese em que a caução reverterá e será apropriada pela Codevasf - 2ª SR.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A Codevasf - 2ª SR fornecerá no início da vigência do contrato, por meio da Gerência Regional de Gestão Estratégica – Unidade de Atendimento ao Usuário – 2ª/GRG/UAU, um inventário detalhado de cada estação, relacionando a configuração dos componentes de cada uma, conforme o anexo I deste Termo de Referência)

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1.A licitante substituirá os empregados não aprovados tecnicamente pela Codevasf.

13.2.A licitante prestará manutenção a todos os equipamentos relacionados no Anexo I, no estado em que se encontrarem no início da vigência do contrato.

13.3.A licitante deverá responder por quaisquer prejuízos que seus empregados, durante a permanência no local de serviço, causem ao patrimônio da Codevasf - 2ª SR.

13.4.A licitante deverá responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas os empregados quando em serviço, de acordo com as leis trabalhistas e previdenciárias.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1. Fica assegurado à Codevasf - 2ª SR e aos seus técnicos o direito de acompanhar e fiscalizar os serviços prestados pela licitante, com livre acesso aos locais de trabalho para a obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos trabalhos.
- 14.2. À Codevasf - 2ª SR fica assegurada o direito de, a seu exclusivo critério, participar total ou parcialmente, diretamente ou através de terceiros, da execução dos trabalhos aqui contratados.
- 14.3. Responsabiliza-se a licitante vencedora por quaisquer ônus decorrentes de danos que vier causar à Codevasf - 2ª SR e a terceiros, em decorrência da execução dos serviços objeto desta licitação.
- 14.4. A licitante vencedora será responsável por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação tributária, trabalhistas, securitária, previdenciária e fiscal, os quais correrão por sua conta exclusiva.
- 14.5. Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do certame.
- 14.6. O licitante que vier a ser contratado ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, na forma da Lei 8666/93 e suas alterações.
- 14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Codevasf - 2ª /SR.
- 14.8. Para efeito da contagem dos prazos, o expediente na Codevasf - 2ª SR é das 8h às 12h e das 14h às 18h, sendo considerado intempestivo o recurso ou representação quando não recebido pelo Pregoeiro ou pelo Protocolo da Codevasf - 2ª SR até as 18 horas do último dia do prazo recursal.
- 14.9. O Foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Estado da Bahia, com sede em Salvador, será competente para dirimir questões oriundas da presente convocação, renunciando as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.